

Economia.

Bancários do Banestes voltam a trabalhar hoje
Pág. 18

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

DEPOIS DO MICO OBRA DA BR 262 SERÁ FEITA PELO GOVERNO

De início, não há previsão de cobrança de pedágio na rodovia

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

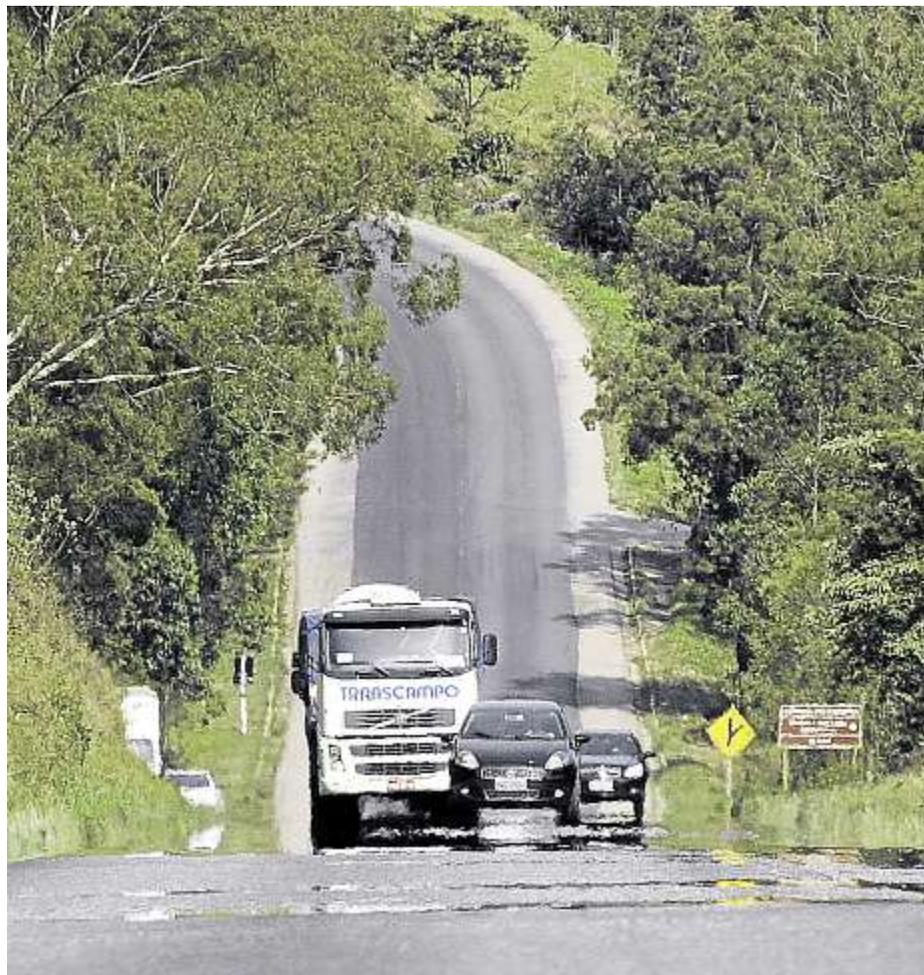
DE BRASÍLIA

A duplicação e ampliação dos 180,5 km da BR 262 no Espírito Santo serão totalmente executadas na modalidade de obra pública pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). E, a princípio, sem previsão de cobrança de pedágio. Foi o que garantiu o ministro dos Transportes, César Borges (PR-BA), em reunião ontem com os deputados capixabas Rose de Freitas (PMDB) e Paulo Foletto (PSB).

Segundo a assessoria do ministério, porém, a execução pelo Dnit não elimina a possibilidade de incluir novamente o trecho num futuro leilão para concessão à iniciativa privada. A decisão ainda não foi tomada pelo governo federal, imerso na ressaca do leilão “deserto” dos 377 km da pista, que liga Vitória a Belo Horizonte.

Ontem, o ministro e o diretor-geral do Dnit, general Jorge Fraxe, prometeram aos parlamentares capixabas celeridade na duplicação. “Ninguém vai prejudicar o Espírito Santo. Essa é uma obra estratégica do governo federal”, reiterou Borges na conversa.

Para agilizar o cronograma de intervenções, frisa Rose, a previsão é assinar no próximo dia 25 a esperada ordem de serviço da duplicação dos 53 km do primeiro trecho, até a



Veículos trafegam no trecho capixaba da BR 262, estrada rejeitada por investidores

localidade de Vitor Hugo. A solenidade deve contar com a presença da presidente Dilma Rousseff (PT), que também assinaria ordem de serviço para o contorno do Mestre Álvaro.

“O ministro também se comprometeu a acelerar o segundo trecho capixaba da 262, que vai até a divisa com Minas Gerais, e cobrou isso do Dnit nacional. O governo está tocando isso na forma de obra pública. Uma parceria públi-

co-privada (PPP) ficaria esperando muito”, assinala Rose.

Haverá uma reunião dos parlamentares com o Dnit local para acertar esse ritmo, a pedido do próprio ministro, que cobrou sintonia entre todas as partes. Segundo Foletto, coordenador da bancada federal, para este segundo trecho o Dnit vai priorizar o processo por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), um

modelo mais flexível de licitação adotado nas obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Todo o percurso capixaba da rodovia está incluído no PAC há três anos, mas depois foi jogado no pacote de concessões. Frustrado o leilão, Dilma admitiu rever o caso, adotando PPP ou obra pública na 262. “Fomos ao ministério pedir empenho, manutenção do cronograma,

NOSSA OPINIÃO

Motivo de muita preocupação

▄ O histórico de obras do governo federal no Espírito Santo é péssimo. Supera o que de pior se pode imaginar. Os projetos frequentemente precisam de revisão ou de complemento, porque são mal feitos. Já o ritmo de obras é extremamente lento, e os prazos não são cumpridos, causando transtornos e prejuízos à coletividade. A Rodovia do Contorno e

o Aeroporto de Vitória são emblemas dessa situação. Por isso, é preocupante que o Dnit seja encarregado de ampliar e duplicar a BR 262. Inclusão no PAC não é blindagem contra aflições. As rodovias desse programa estão com atraso médio de quatro anos no país. Cabe às autoridades do Estado pressionarem para que seja discutida e revista tal decisão.

não esquecimento da BR 262. Em princípio, ele que não se pensa em pedágio no trecho do Espírito Santo, mas deixou claro que ainda é preciso esperar o desfecho para o trecho mineiro da pista”, assinala Foletto.

PÉ ATRÁS

De todo modo, as promessas do ministro inspiraram reservas, à luz dos históricos e sucessivos atrasos de obras federais incluídas no PAC, mas empacadas por anos no Estado - como exemplificam o aeroporto e o Contorno de Vitória. Foletto, porém, está otimista: muda de ideia ao dizer que não há mais “risco Dnit” e aposta no êxito das promessas: “Não acho que tem risco Dnit. O ministro garantiu fazer como obra pública com ra-

pidéz. Mas nenhum atraso é bom, por isso melhor seria se o leilão tivesse sido presencial, resolvendo o caso”.

Mesmo que Borges não tenha dito nada, o deputado entende que a 262 não será mais privatizada, a não ser que posteriormente, para manutenção, assistência e primeiros socorros - caso em que a tarifa de pedágio é baixa.

Nos bastidores, já se comenta que a parte de Minas também será executada como obra 100% pública. Embora atribuindo inicialmente o fracasso do primeiro leilão às pressões da bancada capixaba por queda no valor do pedágio e garantias contra o “risco Dnit” de atrasos, Borges admitiu ontem que o edital não era atrativo como se imaginava.